



Newsletter do Sindicato Nacional do Ensino Superior
Associação Sindical de Docentes e Investigadores

InfoSNESup

Número 126 – Setembro de 2010 – 2ª Quinzena

SUMÁRIO

- ✓ **OS FACTOS, E, DESDE JÁ, ALGUNS COMENTÁRIOS**
- ✓ **SNESup REÚNE COM GRUPOS PARLAMENTARES**
- ✓ **SNESup REÚNE COM DGRHE**
- ✓ **CONTRIBUTOS ENVIADOS À COMISSÃO PARLAMENTAR DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**
- ✓ **SNESup CONTINUA EMPENHADO NA DISCUSSÃO DE REGULAMENTOS**
- ✓ **SNESup PROMOVE ACÇÕES DE FORMAÇÃO**
 - "NOVOS ESTATUTOS DE CARREIRA DOCENTE, O QUE MUDOU"
 - "DIREITOS LABORAIS NO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E COOPERATIVO"
- ✓ **EVENTOS**
- ✓ **DIÁRIO DA REPÚBLICA**

OS FACTOS, E, DESDE JÁ, ALGUNS COMENTÁRIOS

Das medidas anunciadas pelo Conselho de Ministros, ontem, 29 de Setembro, são especialmente relevantes, para os docentes do ensino superior e investigadores enquanto tal, as que dizem respeito à sua situação de trabalhadores por conta de entidades empregadoras públicas e as que dizem respeito às instituições de ensino superior.

Nas que os afectam enquanto trabalhadores por conta de entidades empregadoras públicas, é de destacar à cabeça a redução do valor nominal das retribuições que só "em média" será de 5%, podendo ir, segundo vem sendo dito, até aos 10%, em função da remuneração auferida. Redução essa que, sem o acordo do trabalhador, é vedada, no Código do Trabalho, que se quis nos últimos anos transpor para as entidades empregadoras públicas, e que no Estado só tem precedente no final dos anos de 1920, sob a forma, mais transparente, de imposto de salvação pública.

Fazemos notar que, ao contrário do que sucedeu em 2005 no âmbito do congelamento da progressão salarial, e mais recentemente no âmbito da redução de 5% introduzida nas remunerações dos titulares de cargos políticos, não se diz que a medida, apesar de justificada

pela austeridade, é temporária, transitória ou mesmo excepcional. Se assim é, o Estado opta por penalizar de forma permanente os seus servidores mais qualificados.

Uma consequência da redução de vencimentos é, sobretudo para os colegas cuja carreira se aproximava mais da aposentação e se enquadram no regime transitório, uma redução do futuro valor da pensão de aposentação. Quanto mais tempo de serviço se mantiverem no activo, mais penalizados serão.

O aumento do desconto para a Caixa Geral de Aposentações, que em conjunto com o desconto (obrigatório para quase todos) para a ADSE já ultrapassa largamente o desconto para a segurança social, levanta dúvidas. Se é para financiar o regime de transição, não faz sentido que recaia sobre aqueles que, admitidos a partir de Setembro de 1993, sempre tiveram a sua futura pensão calculada nos termos do regime geral da segurança social. Se é para financiar as despesas com os pensionistas das empresas que vêm transferindo os seus fundos de pensões para o Estado, afigura-se como medida injustificada e imoral.

Em seguida, o congelamento anunciado de todas as progressões, ainda que obrigatórias, vem colocar os docentes do ensino superior público em manifesta desvantagem em relação aos sectores da Administração Pública que beneficiaram em 2008 da recuperação do tempo de serviço entre 2004-2007 e daqueles que, tendo negociado apenas recentemente o seu regime de progressão, viram logo postas em prática as melhorias remuneratórias. O adiamento da revisão da legislação sobre carreiras para Abril-Junho de 2009, a remissão da definição de regimes de avaliação de desempenho para as instituições, a incapacidade do CRUP e do CCISP para organizar um diálogo global, os atrasos por parte das instituições, levarão possivelmente a que nenhuma progressão seja concretizada.

Para além de uma função de orientação (ou de desorientação, quando os regulamentos tenham sido mal concebidos ou venham a ser mal aplicados) a avaliação de desempenho introduzida nas instituições de ensino superior apenas servirá, pelos vistos, para fundamentar a abertura de processos disciplinares.

Por fim, a prevista redução do número de "contratados" que supomos dizer respeito aos contratados a termo (contratados somos nós todos), leva-nos a recordar que a revisão dos estatutos de carreira deixou de fora situações que nos preocupam, como a de parte dos docentes universitários doutorados em tempo integral/dedicação exclusiva indevidamente contratados fora da carreira, dos leitores e de parte dos docentes do politécnico, em relação aos quais o regime transitório não consagrou soluções adequadas ou criou zonas de indefinição.

No que diz respeito especificamente às instituições de ensino superior era já conhecida a redução de transferências do Orçamento do Estado. A paixão assumida do primeiro-ministro pelo ensino superior, pelos contratos de confiança, pela abertura do ano lectivo, o interesse manifestado, desde há algum tempo, por reunir com o CRUP e o CCISP, deixou supor que o pior seria evitado, aliás a redução do valor nominal das remunerações "ajudará" os orçamentos. Sabemos contudo que, depois do anúncio do Conselho de Ministros, Mariano Gago marcou novas reuniões.

O SNESup vinha, já antes dos últimos acontecimentos, a procurar abrir canais de diálogo com o Governo e os grupos parlamentares, e continuará a fazê-lo. A evolução registada não podia ser mais negativa, mas serão em última instância os nossos representados a dizer até onde deveremos ir.

SNESup REÚNE COM GRUPOS PARLAMENTARES

Face à não resposta do MFAP às propostas que o SNESup apresentou para as negociações gerais anuais, o nosso sindicato enviou a todos os grupos parlamentares um pedido de audiência para que estas pudessem ser consideradas em sede de votação do Orçamento de Estado para 2011.

Na sequência destes pedidos de audiência, no dia 29 de Setembro, uma comissão do SNESup integrada pela vice-presidente Catarina Fernando e pelo membro da direcção Paulo Cruchinho, reuniu com dois membros do Grupo Parlamentar do PSD que integram a Comissão para a Educação e Ciência, deputado José Ferreira Gomes e deputado Pedro Saraiva. Nesta reunião o SNESup teve a oportunidade de apresentar as suas propostas sobre temas como: efeitos dos contratados inadequados para titular a prestação de trabalho subordinado, mobilidade, impugnação de normas regulamentares e clarificação dos regimes transitórios.

Apesar da compreensão demonstrada face à pertinência das nossas propostas e às razões que nos levaram a apresentá-las ficámos com a sensação de que a actual conjuntura política não será favorável à sua apresentação em sede de discussão do orçamento para 2011. No entanto, foi demonstrada abertura para estabelecer futuros contactos com o objectivo de conjuntamente encontrarmos possíveis soluções para a tentativa de resolução das questões que nos preocupam no ensino superior.

Durante as duas próximas semanas estão já agendadas reuniões do SNESup com os grupos parlamentares do BE, PEV e PCP, mas continuamos a aguardar uma resposta do CDS-PP e PS.

SNESup REÚNE COM DGRHE

Após solicitação de audiência em 5 de Julho à Senhora Ministra da Educação, Isabel Alçada, visando conhecer as razões que motivaram a decisão de não contabilizar, no âmbito dos concursos de docentes promovidos pelo Ministério da Educação, o tempo de serviço prestado no ensino superior depois de 31 de Dezembro de 2008, uma delegação do SNESup foi recebida no passado dia 30 de Setembro pela Subdirectora-Geral (Dr^a Maria Helena Mascarenhas) e responsável pela Direcção de Serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso (Dr^a Susana Lopes) da Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação. O SNESup ficou a saber que esta decisão vertida no Decreto-Lei 51/2009 de excluir a contagem do tempo de serviço docente prestado no ensino superior se deveu "simplesmente" à ausência de um protocolo institucional com o regulador do Ensino Superior que evidenciasse esta equiparação. Estranhando que tal tenha sido assumido ao arrepio do percurso que vinha sendo consolidado desde 2004, quando o SNESup se empenhou para obter este direito à semelhança do reconhecimento da prestação de serviço docente em outras instituições para os mesmos efeitos, sem reivindicar nem aceitar situações de favor, o SNESup continuará empenhado na restituição da contagem do tempo de serviço prestado no ensino superior para efeitos de candidatura aos concursos promovidos pelo Ministério da Educação, desenvolvendo os contactos necessários à formalização do solicitado protocolo institucional que ponha fim a esta exclusão incompreensível.

CONTRIBUTOS ENVIADOS À COMISSÃO PARLAMENTAR DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Face a um pedido de contributos endereçado pela Comissão Parlamentar da Educação e Ciência sobre algumas temáticas do Ensino Superior, o SNESup enviou algumas reflexões que poderão consultar no nosso site, no link abaixo indicado:

http://www.snesup.pt/htmls/dlds/comissao_parlamentar_educacao_ciencia21092010.pdf

SNESup CONTINUA EMPENHADO NA DISCUSSÃO DE REGULAMENTOS

Nesta última quinzena o SNESup continuou o processo de discussão de regulamentos em várias instituições:

- No dia 16 de Setembro reuniu com o Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) sobre o Regulamento de Avaliação de Desempenho tendo este mostrado receptividade às propostas apresentadas pelo SNESup e assumido o compromisso de as apresentar à Comissão responsável pela elaboração do Regulamento. Destacamos as propostas no sentido de considerar a avaliação de 2010 por ponderação curricular à semelhança dos anos de 2008 e 2009, a atribuição aos Conselhos Científicos da competência para aprovarem as classificações dos docentes, bem como a consagração da intervenção dos Conselhos Pedagógicos no processo ou a necessidade de audição sindical sobre os Regulamentos de Avaliação do Desempenho a aprovar em cada Escola.
- Reuniu no dia 20 com a Presidência da Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH) sobre o Regulamento de Avaliação do Pessoal Docente tendo sido acolhidas a quase totalidade das propostas apresentadas pelo SNESup face a um projecto de regulamento bastante equilibrado, ficando a ENIDH ainda de enviar ao SNESup a versão final ainda antes da sua publicação.
- No dia 24 o SNESup reuniu com a Presidência do Instituto Politécnico de Portalegre também com vista à discussão das propostas apresentadas relativamente ao Regulamento de Avaliação do Pessoal Docente que também se revela bastante equilibrado havendo apenas algumas preocupações relativas à grelha proposta, ficando registado o compromisso de fazer chegar a posição do SNESup ao Conselho Académico.
- O SNESup reuniu no dia 27 com a Presidência do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) para discutir vários aspectos que têm preocupado os docentes da instituição, nomeadamente a questão da progressão salarial dos docentes que ainda se mantêm no índice 100, tendo sido sugerido que se pudesse resolver esta situação através de um compromisso arbitral ficando o IPL de estudar o assunto para posterior informação. O SNESup ficou ainda a saber que está a ser ultimada a segunda versão do Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes (atendendo aos contributos recebidos, nomeadamente os do SNESup) estando neste momento a testar a grelha prevista a casos concretos prevendo-se que o mesmo seja enviado para audição em finais de 2010.

- Reuniu no dia 29 com a Presidência do Instituto Politécnico da Guarda com vista à apresentação e discussão das propostas do SNESup relativas aos Regulamentos de Prestação de Serviço Docente e de Equiparação a Bolseiro. Destacamos a receptividade e aceitação da quase totalidade das propostas efectuadas sobre ambos os regulamentos bem como do compromisso no estabelecimento de um sistema de compensação de horas lectivas acima do legalmente estipulado, podendo cada docente optar por diferentes alternativas.

SNESup PROMOVE ACÇÕES DE FORMAÇÃO

- “NOVOS ESTATUTOS DE CARREIRA DOCENTE, O QUE MUDOU”

- “DIREITOS LABORAIS NO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E COOPERATIVO”

O Sindicato Nacional do Ensino Superior vai levar a cabo no próximo dia 9 Outubro uma acção de formação para delegados sindicais e sócios em instituições do ensino superior público que terá lugar no Porto entre as 10H00 e as 17h00 em local ainda a designar. Uma outra acção sobre a mesma temática mas dirigida ao ensino superior privado será também realizada no Porto no dia 16 de Outubro entre as 11H00 e as 16h30.

As inscrições poderão ser feitas através do e-mail: snesup.porto@snesup.pt.

EVENTOS

- III Congresso Internacional “Envelhecimento(s): Cérebro, Comportamentos e Emoções”

8 e 9 de Outubro de 2010

Local: Universidade dos Açores

Para mais informações consulte:

http://www.uac.pt/evento/iii_congresso_internacional_envelhecimento_s_cerebro_comportamentos_e_emocoes_na_universidade_dos_acores

- II Encontro de Sociologia da Educação “EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E (DES)IGUALDADES”

27 e 28 de Janeiro de 2011

Local: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Para mais informações consulte: <http://encontrosociologiaeduc.blogspot.com/>

- III Jornadas de Software Aberto para Sistemas de Informação Geográfica

3 a 5 de Novembro de 2010

Local: Lisboa - Campus de Campolide, ISEGI

Para mais informações consulte: <http://lisboa.sigaberto.org>

- Congresso da Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto

26 a 28 de Novembro de 2010

Local: Hotel dos Templários

Para mais informações consulte: www.scpedagogiadesporto.com

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Portaria n.º 994/2010, de 29 de Setembro - Determina a validade dos certificados de aptidão pedagógica de formador, emitidos ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 66/94, de 18 de Novembro. <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/19000/0433004331.pdf>

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2010, publicado em 23 de Setembro - Fixar jurisprudência, no sentido de que a exigência do montante mínimo de (euro) 7500, de que o n.º 1 do artigo 105.º do Regime Geral das Infracções Tributárias - RGIT (aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, e alterado, além do mais, pelo artigo 113.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro) faz depender o preenchimento do tipo legal de crime de abuso de confiança fiscal, não tem lugar em relação ao crime de abuso de confiança contra a segurança social, previsto no artigo 107.º, n.º 1, do mesmo diploma.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18600/0421904249.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2010, publicada em 22 de Setembro - Estabelece as regras de implementação do regime de cobrança de taxas de portagem em todas as auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT).

<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18500/0415804159.pdf>

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 6/2010, publicado em 21 de Setembro - Uniformiza a jurisprudência no sentido de a competência territorial para o conhecimento de pedidos de anulação ou de nulidade de actos administrativos e de adopção de providências cautelares a eles respeitantes, formulados por dois requerentes – um com sede no estrangeiro e outro com sede em Portugal – cabe ao tribunal da residência ou sede do autor em Portugal, ou ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, cabendo aos autores essa escolha.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18400/0414904153.pdf>

Portaria n.º 926/2010, de 20 de Setembro - Estabelece os procedimentos a adoptar nos casos em que, por força do exercício de cargos ou funções, não possa haver lugar a observação de aulas, necessária à progressão aos 3.º e 5.º escalões e à obtenção das menções de Muito bom e Excelente. <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18300/0412604127.pdf>

Portaria n.º 994-A/2010, de 29 de Setembro (Suplemento) - Altera a Portaria n.º 924-A/2010 de 17 de Setembro. <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/19001/0000200002.pdf>

Portaria n.º 924-A/2010, de 17 de Setembro (Suplemento)- Define os grupos e subgrupos farmacoterapêuticos que integram os diferentes escalões de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos. <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18201/0000200005.pdf>

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt